

CLAEYS, Gregory. *Utopia: a história de uma ideia*. Trad. Pedro Barros. São Paulo: Edições SESC SP, 2013. 224 p.il.

Kelly Mendes Lima¹

Com inúmeras pesquisas sobre o tema, Gregory Claves, professor da Universidade de Londres, lançou em 2011 (edição brasileira de 2013) sua abrangente versão da história da utopia. A obra, para além do percurso da ideia, oferece inúmeras referências literárias (inclusive infanto-juvenis) e cinematográficas e um rico conjunto de ilustrações de diversas épocas e origens sobre a questão distribuídos em 14 capítulos.

Parafraseando o filósofo Auguste Comte, Claves, na Introdução, observa que o desenvolvimento do pensamento utópico pode ser dividido em três momentos, a saber: mítico, religioso e positivista ou institucional. Aos dois primeiros, cabe o diferencial de se colocar o ideal no passado ou no futuro, ao passo que ao último, com apogeu na modernidade, sua relação está em “menos (...) imaginá-la do que com criá-la” (CLAEYS, 2013, p. 10) – e daí a especificidade que utiliza para o termo: não se trata do domínio do impossível ou do imaginário (nem, numa admoestação ao célebre filósofo marxista Ernst Bloch, de um “princípio esperança”), mas sim da efetiva exploração do “espaço entre o possível e o impossível” (CLAEYS, p.15). Acrescenta ainda que:

na verdade, a utopia foi com frequência alcançada ou descoberta (e muitas vezes perdida novamente); muitas eras passadas foram, de fato, a realização de uma visão utópica anterior; e, para alguns, todo presente é uma utopia passada. Porém, cada um desses momentos realizados, também, contém falibilidade, fracasso e ausência de perfeição (CLAEYS, p.12).

Em busca de “fazer ciência”, o autor tipologiza os três principais tipos de

¹ Doutoranda em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa – FFLCH/USP.

impulso utópico: i) estático *versus* dinâmico, sendo que aquele refere-se a sociedades que, depois de formadas, procuram manter-se “puras”, em sua forma original, ao passo que este reconheceria e até procuraria o contínuo desenvolvimento; ii) asceta e de satisfação de desejos, em que o primeiro promoveria a simplicidade e proibiria ou restringiria o luxo, enquanto o segundo estaria para a abundância e extravagância em todas as áreas; e iii) hierárquico (a exemplo da *República* de Platão) ou igualitário, conforme grande parte das utopias modernas.

A análise desse pensamento em si, seus estágios e tipos, no entanto, para o autor, não seria o suficiente para um digno estudo do assunto, o qual deve ainda abordar a literatura utópica e as tentativas de concretização de comunidades – como opta em fazer no livro.

No dois primeiros capítulos, o estudioso faz uma “pré-história” do termo resgatando, por um lado, Hesíodo e seu *Os trabalhos e os Dias*. Nesse sentido, observa como o mito das idades (ao prever uma de ouro, a primeira, considerada em sua excelência, após a qual viriam outras rumo à decadência) está apenas para um certo pensamento utópico saudoso. Por outro lado, demonstra como algumas cidades procuraram efetivamente praticar aquilo que consideravam o ideal, a exemplo de Esparta e sua “utopia militarizada” (com simplicidade no viver, refeições comunais e divisão e redistribuição de terras, porém com o sacrifício da individualidade).

Também com um pendor passadista, mas voltados principalmente para o futuro, Clayes resgata os “arquetipos cristãos” de Éden, Paraíso, Inferno, Milênio e Apocalipse. Agora, mais do que assistir à descensão, crê-se numa segunda vinda do Salvador, um período de *heavens on earth*, a luta derradeira do Bem contra o Mal e, enfim, a instauração do dito Reino do Senhor na Terra.

Parte dos teóricos sobre o assunto afirma que derivações do conceito de utopia seriam próprias do pensamento de origem judaico-cristã ocidental, pois estariam fundadas na escatologia (e sua relação com o Milênio) apregoada por este, já que, até então, para as antigas civilizações egípcia e mesopotâmica, por exemplo, havia “visões de mundo centradas em uma ordem estabelecida pelos deuses, basicamente atemporal e imutável” (COHN, 1996, p. 84) e cíclica; apenas a partir do judaísmo primevo² é possível se crer na possibilidade de interferência – mais ou menos intensa – no mundo e no divino por meio de ações humanas. Para outros, dentre os quais o autor dessa história da utopia, tal posicionamento derivaria, em partes, da falta de material recolhido em

² Embora não seja consenso, cabe notar que as bases do pensamento judaico-cristão estariam em outra religião, no Zoroastrismo, a qual teria sido de fato a primeira a fazer referências escatológicas.

outras culturas que não a cristã ocidental, assim como o fato de que:

Sociedades primitivas têm muito menos necessidade de um conceito de utopia, pois já possuem os pré-requisitos para uma existência ordenada, de estilo utópico. / Povos primitivos vivem em sua própria era de ouro, por assim dizer, e ter saudades do presente seria algo paradoxal. Suas terras ainda não foram confiscadas por aristocratas ou infestadas por rebanhos. Seus pastores e sacerdotes ainda não foram deposta. Essas sociedades propiciam espaços e eventos utópicos claros em forma de acordos de vida comunal, festas, danças, rituais, cerimônias religiosas, procissões e hábitos (...) [Neste sentido,] No século XVI, essas formas de sociedade eram frequentemente concebidas para definir o cerne do empreendimento utópico, e desse modo a utopia nasce de uma fonte não europeia (CLAEYS, p. 47).

Após uma sucinta discussão sobre a possibilidade de existência de “visões não europeias da sociedade ideal” (como denomina o terceiro capítulo), o autor, já no capítulo quatro, passa a analisar a obra que enfim cunhou o termo: *Utopia*, de Thomas More, lançado em 1516. Embora tal obra possa ser lida sob diversas perspectivas (crítica, receita, lamento, sátira...), Claeys defende tratar-se da representação não da “sociedade perfeita, mas apenas uma sociedade radicalmente melhorada” (CLAEYS, p.59), na medida em que, por exemplo, não exige um ser humano radicalmente modificado – assume a existência de vícios, que então procura restringir em detrimento de uma impossível eliminação.

A característica máxima do texto que justificaria crer-se na possibilidade de uma eventual prática (ainda que com uma instauração no mínimo problemática devido às exigências implícitas) refere-se à igualdade e à propriedade comunitária estabelecidas. Ao reconhecer que a equidade possibilita uma harmonia social, More será lido com atenção especial por marxistas e teóricos, a exemplo de Karl Kautsky.

De qualquer forma, *Utopia* e a tradição que estabelece ou, pelo menos, reinterpretar, influenciarão também o expansionismo marítimo europeu, e serão alimentadas por este; se More teria tido acesso ao mais antigo relato sobre os povos encontrados (publicado em 1504 por Pietro Martire d'Anghiera) ainda antes de sua obra, o fato é que tão logo ganhara popularidade e o Novo Mundo era visto então como “uma projeção da fantasia europeia de como seria Utopia”.

Essa é a perspectiva do capítulo seguinte, em que analisa a crença europeia de que os nativos das terras “descobertas” – conforme Colombo, seriam “uma raça muito gentil, sem o conhecimento de qualquer iniquidade; não matam, nem roubam, nem carregam armas” nem dão valor ao ouro em si (COLOMBO *apud* CLAEYS, p. 77) – eram vistos como vivendo em uma era de ouro perdida (ao menos até que fossem

percebidas outras características, tal como o fato de não serem cristãos). Segundo o autor, “Utopia, portanto, era algum lugar antes de ser 'lugar nenhum', uma entidade real antes de se tornar fictícia (...) Há evidências reais de que se acreditava na existência de sociedades utópicas, tanto primitivas como complexas”; resumindo com o filósofo John Locke: “No início, o mundo todo era América” (CLAEYS, p. 80-1).

Paralelamente, continuavam a haver narrativas fantásticas com locais e grupos no Atlântico e para além, em geral, de traços utópicos, como a Avalon dos celtas (reino em que as pessoas desconheciam a morte, o medo e a aflição) e o local referido já no título da obra *Uma viagem para Tartária* (Heliógenes L'Epy, 1689) com sua colônia de descendentes e seguidores de filósofos gregos, ou distópicos, a exemplo de *A ilha dos hermafroditas* (1605), de Thomas Artus, em que se viveria “ao avesso” do considerado ideal, imerso em todo tipo de vício. Há ainda o desenvolvimento de variantes utópicas na ciência, como a *Nova Atlântida* (1610), de Francis Bacon.

Dois livros em particular ganhariam destaque no século seguinte (e são o foco do sexto capítulo): *Robinson Crusóé* (1719), de Daniel Defoe (1660-1731), e *Viagens de Gulliver* (1726), de Jonathan Swift (1667-1745), que geraram até mesmo dois subgêneros literários quanto à produção utópica, as robinsonadas e as gulliverianas.

A obra de Defoe – com Crusóé e seu trabalho e cuidado extremos, em um espaço paradisíaco, e de orações atendidas quanto a um servo, o Sexta-Feira que lhe aparece – pode ser vista, de acordo com Claeys, como a “utopia individualista burguesa definitiva”, na medida em que “a fantasia de poder sobre outros – certamente a de todo aventureiro imperial – é realizada” (CLAEYS, p. 87-8).

Já a obra de Swift geraria grande repercussão enquanto sátira da aspiração de se levar uma vida melhor conforme os princípios da razão. No livro, o capitão Lemuel Gulliver realiza quatro viagens: na primeira, encontra um povo minúsculo, mas de qualidades valiosas; na segunda, um povo gigante e vulgar; a seguir, os ilhéus encontrados seriam tão devotos ao cientificismo que incorrem em projetos bizarros, tal como o de extrair luz solar de pepinos; enfim, na quarta, há contato com uma comunidade simples e virtuosa, mas que é composta de cavalos. Em suma, fica a ideia de que “a vida arrazoada não combina com a humanidade caída, e esperar que o mundo algum dia seja povoado com qualquer coisa que não sejam mortais comuns é fruto de uma ilusão tola e arrogante”, o que, ainda conforme Claeys, impregna neste e em outros textos literários do período a assunção da “direção cética, pessimista e distópica” (92) existente a partir daí e:

Assim, primordialmente, testemunhamos o surgimento da teoria de que a modernidade impõe maior inquietação, desordem, infelicidade e mal-estar, tanto psicológico como físico. A criação de riqueza instila, insistentemente os textos do período, uma sensação de desejo nunca realizado por completo, em que a satisfação e a transformação do desejo em bem são apenas agravadas pelo acúmulo de riqueza e posses. Também surgiriam nesse estágio inicial da forma utópica a alienação e o isolamento do indivíduo moderno – cada vez mais envolvido em competição com outros, cada vez mais desprovido do apoio e do leme da família estendida, o clã, a tribo, a vila, o padre, que estariam entre os grandes temas da psicologia e da sociologia dos séculos XIX e XX (CLAEYS, p. 94).

De qualquer forma, a efetiva promoção de uma vida digna não será esquecida. No capítulo sete, o autor aborda tentativas práticas ocorridas nos séculos XVIII e XIX, a exemplo da Revolução Francesa, a qual inicialmente apresentou-se como verdadeiro modelo para o utopismo revolucionário com seus avanços quanto ao fim do feudalismo e a proscrição da escravidão e de opressões; no entanto, conforme se alterava a busca (da melhora pela ideia de perfeição), incorre-se em excessos, já que “a virtude exigia terror para ser satisfeita” (CLAEYS, p. 108).

Na sequência, o pesquisador londrino capitula sobre a dimensão espacial de utopias. Embora em geral associe-se a povos silvícolas, o utopismo também apresenta, principalmente ao longo do século XIX, sua vertente urbana, quando se torna comum haver um planejamento associado visando a uma maximização do uso eficiente de recursos, como ocorre com os falanstérios de Charles Fourier (1772-1837). Assim, procura-se organizar fornecimento de água e energia, diferenciar espaços de trabalho e de lazer, evitar nucleação de famílias e até mesmo, conforme o filósofo Patrick Geddes (1854-1932), reduzir “em escala a limites controláveis, reforçando a ideia de que qualquer utopia verdadeira deve iniciar-se com a vizinhança” (p. 122).

Neste sentido, a questão de comunidade é crucial – e esse será o foco do capítulo nove, voltado então às tentativas de “comunidades intencionais”, em particular nos EUA, seu grande celeiro (mais de 400 fundações entre os séculos XVIII e XX). Aborda-se desde colônias de *shakers* a agrupamentos *hippies*, com a propriedade comunitária como grande elemento em comum.

Do comunitarismo, Claeys emboca a seguir no que chama de “segunda era da revolução”, em que trata de socialismo, comunismo e anarquismo como herdeiros de uma primeira revolução, a Francesa. Se nesta houvera o questionamento de que o sistema comercial dominante do momento era incapaz de alimentar a todos nem conter, no outro extremo, obsessões por luxo, teóricos daqueles, com o ápice em Karl Marx (1818-1883), aprofundarão discussões. É neste momento também em que há o

desenvolvimento de cariz científico para a utopia. Aqui, vale recorrer à filósofa Marilena Chauí, com esclarecedora observação:

o socialismo científico é o amadurecimento racional do saber utópico dos dominados e o amadurecimento racional de sua prática política. Nesse sentido, o socialismo científico é a passagem do afetivo ao racional, do parcial ao totalizante, da antecipação ou pressentimento à emancipação revolucionária. Em outras palavras, o socialismo utópico ergue-se contra o sofrimento dos humilhados e oprimidos, mas o socialismo científico é o conhecimento das causas materiais (econômicas e sociais) da humilhação e da opressão, ou seja, o modo de produção capitalista, fundada na luta de classes, que é determinada pela propriedade privada dos meios sociais de produção (CHAUÍ, 2008, p. 9).

Na esteira do cientificismo, o capítulo seguinte abordará o entrelaçamento existente, a partir do século XVII (com *Nova Atlântida*, de Francis Bacon) com ápice no XX, entre utopias e progressos científicos.

O controle de radiação, eletricidade, refrigeração, assim como os avanços na medicina e na produção de alimentos, mostravam-se como indícios de que o homem caminhava para tal evolução que conseguiria diminuir o trabalho, maximizar o prazer e prolongar a vida. O otimismo tomava conta até desdobramentos duvidosos quanto aos progressos alcançados, como o uso de gases venenosos, metralhadoras, eugenia etc. Assim, utopia e distopia caminham lado a lado.

Quanto à utopia na literatura, com o desenvolvimento tecnológico e o fascínio por máquinas cada vez maior, assiste-se a uma extrapolação até mesmo dos limites terrestres. Júlio Verne (1828-1905) aparece como o pioneiro a aliar tais inovações a viagens e explorações em busca de lugares e formas melhores de se viver – e o faz percorrendo desde o fundo dos oceanos ao espaço sideral.

A partir de Verne, tem-se a ficção científica moderna (ainda que a expressão tenha sido cunhada apenas em 1929 pelo engenheiro e escritor Hugo Gernsback), a qual, para Gregory Claeys, pode ser vista como subgênero da utopia, na medida em que visa justamente à procura de condições ideais de vida, culminando numa criação de um ser híbrido indestrutível: o ciborgue, metade máquina, metade humano.

Novamente, no entanto, o utopismo literário conviverá com distopias, muitas das quais decalcadas a partir da realidade: em especial por conta de experiências totalitaristas fascistas e comunistas. Embora a ocorrência dessas seja somente no século XX, o autor da obra em questão indica a existência de suas sementes ainda em Platão e em Marx: “Suas esperanças por uma sociedade melhor envolviam um desejo de

perfeição. E ambos acreditavam que a população deveria ser forçada, não importando o meio necessário, a se submeter à busca desse ideal” (CLAEYS, p.175).

Essa busca desenfreada por uma humanidade perfeita acabou por gerar todo tipo de distopia: na literatura, obras como *1984* e *Admirável mundo novo*; na prática, a dissolução de tentativas revolucionárias (como a ex-URSS), o desenvolvimento de regimes mistos (como China e Coreia do Norte) ou uma “frustração” como a que se deu em países africanos de língua portuguesa no pós-independência³.

Após o percurso (amplo no tempo, mas não tanto no espaço, já que se concentrou principalmente na Europa e nos Estados Unidos), o estudioso G. Claeys propõe suas considerações finais – epigrafadas com citação de Rousseau: “Seu sistema é muito bom para o povo de Utopia; é inútil para os filhos de Adão”. De acordo com ele, o ideal utópico de igualdade e simplicidade, nos dias atuais, não apresenta apelo significativo, quando o mundo parece viver em prol de consumismo desenfreado, a despeito de suas consequências sociais e ambientais.

A era do silício, tão arraigada, parece não deixar muito espaço para os raros “vislumbres de otimismo” (tais como a busca pela reafirmação de laços comunitários mais fortes e “por uma reafirmação de valores 'tradicionais', por vezes religiosos ou ligados a 'política de identidade” (CLAEYS, p. 203). No entanto, Gregory Claeys conclama à não-desistência: “Os antigos mundos ideais podem nos dar esperança, inspiração, uma ideia do que ambicionar e também do que evitar. Mas *nosso* mundo ideal deve ser nossa própria criação, e teremos de enfrentar uma séria prestação de contas com o destino se não o criarmos” (CLAEYS, p. 213).

Referências bibliográficas

CHAUI, Marilena. Notas sobre a utopia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, vol. 60, n. spe. 1, julho 2008. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 nov. 2013.

CLAEYS, Gregory. *Utopia: a história de uma ideia*. Trad. Pedro Barros. São Paulo: Edições SESC SP, 2013.

³ *Grosso modo*, com o sociólogo espanhol Salvador Giner, podemos dizer que “Uma das barreiras mais sérias contra o socialismo é aquela erigida em sociedades dominadas por um vasto funcionariado político-tecnocrático, dedicado à administração e gestão da vida social segundo o princípio do monopólio da maior parte (ou quase a totalidade) das atividades importantes para a ordem social em geral. Essas sociedades – que sonham levar o nome oficial de 'socialistas' – concentram a soberania, o poder e a autoridade em um único partido político, altamente hierarquizado e burocrático. A soberania burocrática e partidária é coletivista no duplo sentido de que é hostil ao individualismo e à existência de uma sociedade civil relativamente autônoma. É uma sociedade de classes em que a apropriação do excedente econômico de consumo passa à classe burocrática, essencialmente formada pelo partido” (tradução nossa).

COHN, Norman. *Cosmos, caos e o mundo que virá: as origens das crenças no Apocalipse*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GINER, Salvador. "El porvenir del socialismo". In: COTARELO, Ramón García (org.). *Las utopías en el mundo occidental*. Guadalajara: Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1981.

